

Diplomas legais em destaque

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2026, de 23 de março](#)

Programa Regional de Ordenamento do Território do Norte.

[Decreto-Lei n.º 75/2026, de 9 de março](#)

Altera o Decreto-Lei n.º 106/2002, de 13 de abril, que estabelece o estatuto de pessoal dos bombeiros profissionais da administração local. São alterados artigos 18.º, 29.º-A e 30.º.

Produção de efeitos: 1 de janeiro de 2025

[Decreto-Lei n.º 76/2026, de 9 de março](#)

Altera o Decreto-Lei n.º 28-A/2020, de 26 de junho, que estabelece o regime jurídico da reconversão da paisagem.

[Aviso n.º 5146/2026/2, publicado no Diário da República 2.ª Série n.º 48/2026 de 10 de março](#)

Projeto de Regulamento do Regime Jurídico de Cibersegurança.

[Declaração de Retificação n.º 11/2026/1, de 16 de março](#)

Retifica o mapa oficial dos resultados das eleições gerais dos titulares dos órgãos das autarquias locais de 12 de outubro de 2025 (Mapa Oficial n.º 2-B/2025, de 17 de dezembro).

[Portaria n.º 114/2026/1, de 17 de março](#)

Altera a Portaria n.º 410/2019, de 27 de dezembro, que fixa os suplementos remuneratórios previstos no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 64/2017, de 12 de junho, na sua redação atual. Decreto-Lei n.º 64/2017, de 12 de junho, define um regime especial e extraordinário para a instalação e exploração, por municípios ou, por decisão destes, por comunidades intermunicipais ou por associações de municípios de fins específicos, de novas centrais de valorização de biomassa e estabelece as medidas de apoio e incentivo destinadas a assegurar a sua concretização.

[Despacho n.º 3440/2026 publicado no Diário da República 2.ª Série n.º 53/2026 de 17 de março](#)

Determina os prazos de execução dos trabalhos de gestão do combustível na rede secundária no ano de 2026.

[Decreto-Lei n.º 79-A/2026, de 20 de março](#)

Altera o Decreto-Lei n.º 40-A/2026, de 13 de fevereiro, e estende o regime de apoios e de simplificação administrativa a outras parcelas do território nacional.

[Declaração de Retificação n.º 13/2026/1, de 26 de março](#)

Retifica a Lei n.º 5-A/2026, de 28 de janeiro, que aprova regras de transparência aplicáveis a entidades privadas, nacionais e estrangeiras, que realizam representação legítima de interesses junto de entidades.

[Portaria n.º 130/2026/1, de 27 de março](#)

Estabelece os termos aplicáveis às licenças de utilização privativa do domínio público, para a instalação de pontos de carregamento elétrico de veículos no domínio público, previstos no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 93/2025, de 14 de agosto, que estabelece o regime jurídico da mobilidade elétrica, aplicável à organização, acesso e exercício das atividades relativas à mobilidade elétrica.

[Portaria n.º 133/2026/1, de 30 de março](#)

Fixa as taxas previstas no artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 93/2025, de 14 de agosto, que estabelece o regime jurídico da mobilidade elétrica, aplicável à organização, acesso e exercício das atividades relativas à mobilidade elétrica.